

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

MOÇÃO CONTRA OS ATAQUES AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Vivemos um momento extremamente preocupante no país. As propostas de emenda à constituição, que estão em discussão no Congresso Nacional, atacam diretamente as políticas sociais, em especial as da Saúde. O financiamento do sistema de saúde é um problema federal, estadual e municipal, pois os recursos alocados não são suficientes para dar um atendimento na quantidade e qualidade que a população brasileira precisa e tem direito.

O movimento social ao longo de décadas de atuação conseguiu garantir um percentual constitucional a ser aplicado pelos governos estaduais e municipais na saúde pública, as chamadas vinculações, e estava em discussão a nível federal, a garantia de 10% da Receita Bruta no orçamento da União que também seriam destinados ao financiamento da saúde. No entanto, todos estes avanços estão ameaçados caso sejam aprovadas a PEC 241/16 e a PEC 143/2015, pois ambas retiram recursos substanciais da saúde!

O presidente interino Michel Temer enviou ao Congresso Nacional, na última quarta-feira (15/06), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) **241/2016**, que congela os gastos públicos por 20 anos, período em que o dinheiro economizado será canalizado para o pagamento da dívida pública, que atualmente consome quase metade do orçamento do país. A PEC 241/16 estabelece um teto para todos os gastos e é chamada de novo regime fiscal pelo governo federal. Esta PEC **Limita** as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). **Na prática, a PEC acaba com a**

vinculação dos gastos de saúde ao crescimento da receita. Para termos uma ideia do seu impacto, se esta fosse a regra aplicada nos últimos 15 anos, o valor destinado **pela União para a saúde** teria sido, em 2015, de R\$ 55 bilhões, ou seja, 45% a menos do que os R\$ 100 bilhões efetivamente aplicados pela regra vigente naquele ano. É um desastre, que se dará lentamente e prejudicará ainda mais a população que mais precisa, pois mais de 70% da população brasileira depende exclusivamente do SUS.

A PEC **143/2015** desvincula **25% da arrecadação de impostos e contribuições** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios até 2023. Esta proposição reduzirá em 25% os valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços em saúde do SUS, por Estados e Municípios, visto que a desvinculação atinge exatamente a base de cálculo que define o percentual de aplicação em saúde. Segundo as estimativas do Ministério da Saúde, esta perda chegaria a R\$ 35 bilhões a menos para o SUS em 2017. Aplicadas independentemente ou conjuntamente estas propostas acabam com o SUS!

Também denunciamos a **PEC 451/2014**, do Deputado Federal Eduardo Cunha, que estabelece a obrigatoriedade dos empregadores pagarem planos de saúde privados para todos os empregados. É um retrocesso para uma situação anterior à CF de 1988 e, na prática, o desmonte do SUS.

A sociedade brasileira em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, criou o Sistema Único de Saúde pautado nos princípios da Universalidade, Integralidade e Equidade, e também estabeleceu o sistema de custeio deste que é o maior e melhor sistema de saúde de que se tem notícia.

Não aceitaremos **NENHUM DIREITO A MENOS**, pois o nosso sistema tributário onera os mais pobres, isentando os poderosos e as grandes fortunas. Não aceitamos que a Saúde seja entendida como GASTO por parte do governo, nossa constituição diz que **SAÚDE É UM DIREITO**

DE TODOS E DEVER DO ESTADO.

Defendemos que a crise de financiamento do Estado brasileiro seja paga pelo combate aos R\$ 500 bilhões de reais anuais da sonegação de impostos, pela regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas e pela taxaço dos ganhos de capital.

Nós, que assinamos este documento, somos contra qualquer mudança que rebaixe o financiamento da saúde pública e do Sistema Único de Saúde, por isto **EXIGIMOS A RETIRADA da PEC 241/2016 e da PEC 143/2015, bem como a rejeição da PEC 451/2014.**

NÃO AO GOLPE NO SUS E NA DEMOCRACIA BRASILEIRA.

Esta moção foi aprovada na audiência pública da Comissão de Saúde e Meio Ambiente que debateu **O Financiamento do SUS: Avanços e Desafios**, e será enviada a todas as entidades da área da saúde, aos movimentos sociais, aos deputados federais e senadores, presidente interino, Ministro da Saúde Interino para que saibam a posição dos defensores e representantes da saúde do Estado do RS quanto a importância e o financiamento do SUS.

Assinam esta moção:

Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa
Conselho Nacional de Saúde
Conselho Estadual de Saúde
Federação Estadual dos Empregados em Serviços de Saúde do RS
Conselho Municipal de Saúde de Capão do Leão
Fórum Gaúcho de Saúde Mental
Sindicato dos Enfermeiros do RS
Conselho Regional de Enfermagem do RS
Sindicato dos Farmacêuticos do RS
Associação dos Farmacêuticos do RS
Central dos Trabalhadores do Brasil
Conselho Municipal de Saúde de Gravataí
Conselho Municipal de Saúde de Passo Fundo
Rede Unida – RS

Secretária de Saúde de Caxias do Sul
Secretária de Saúde de Sinimbu
Conselho Municipal de Saúde de São Vicente do Sul
Secretário de Saúde de Estrela Velha
Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria
Conselho Municipal de Saúde de Manoel Viana
Secretário de Saúde de Monte Alegre dos Campos
Secretário de Saúde de Esmeralda
Secretária de Saúde de Muitas Capões
Secretária de Saúde de Pinhal da Serra
Secretário de Saúde de Vacaria
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião do Caí
Conselho Municipal de Saúde de Canoas
Conselho Municipal de Saúde de Santa Rosa
Conselho Municipal de Saúde de Uruguaiana
Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do RS
Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre
Conselho Municipal de Saúde de Pelotas
Câmara de Vereadores de Porto Alegre
Grupo Hospitalar Conceição
Conselho Municipal de Saúde de Cachoeira do Sul
Secretaria de Saúde de São Gabriel
Secretaria de Saúde de 15 de Novembro
Conselho de Saúde de Alvorada
União Brasileira de Mulheres
Conselho Municipal de Saúde de Santa Rosa
Secretaria Municipal de Saúde de Jaquirana
Movimento Nacional de Luta Pela Moradia
Confederação Nacional de Associações de Moradores – Conam
Vice-presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de
Camaquã
Presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de
Viamão
Secretaria Municipal de Saúde de Capão do Leão
Sindicato dos Servidores da Previdência Social do RS
Sindicato dos Bancários de Santa Maria e Região
Central Única dos Trabalhadores RS
Cosems

Porto Alegre, 29 de junho de 2016.